

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**

**PAUTA DE JULGAMENTO DA 2ª CÂMARA**  
**20/03/2023**

**PUBLICADA NO DODF Nº 50, DE 14/03/2023, pág. 8**

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. FERNANDO ANTÔNIO DE REZENDE JÚNIOR, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal (TARF), sediado no SAIN, Projeção H, Edifício Sede – CODEPLAN – 2.º andar, Plenário, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento por videoconferência da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 20 de março de 2023, segunda-feira, às quatorze horas, o(s) seguinte(s) feito(s):

**1. ADIADO, PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:**

a) **Processo nº 0040-001436/2016**, Tributo ICMS, RV 63/2019, Recorrente **LABORATÓRIOS BAGÔ DO BRASIL S.A.**, Advogada Fernanda Baracui Pereira OAB/DF 46.623, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procuradora Roberta Fragoso de Medeiros Menezes, Relator Conselheiro Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira.

**2. PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:**

b) **Processo 0128-001906/2017**, Tributo ICMS, RV 63/2021, Recorrente **CLAUDIMIR ANTONIO CASTELLI**, Advogado Luiz Gustavo Visentin OAB/DF 32.909, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procurador Luciano Tenório de Carvalho, Relator Conselheiro Antonio Avelar da Rosa Schmidt.

c) **Processo 00040-00037273/2020-12**, Tributo ITCD, REN 002/2021, Recorrente **FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, Representante da Fazenda Procurador Tiago Streit Fontana, Recorrida **IGOR PORTO PEREIRA**, Relatora Conselheira Vânia Nascimento de Castro.

d) **Processo 00040-00026707/2019-15**, Tributo ICMS, RV 108/2022, Recorrente **PETROGOIÁS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA**, Advogado Liandro dos Santos Tavares OAB/GO 22.011, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procurador Edvaldo Nilo de Almeida, Relator Conselheiro Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira.

e) **Processo 0128-001719/2017**, Tributo ICMS, RV 209/2022, Recorrente **HB AGROIDÚSTRIA LTDA ME**, Advogada Edenilza Gobbo OAB/SC 13.241, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procurador Edvaldo Nilo de Almeida, Relator Conselheiro Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira.

**f) Processo 0040-007701/2014, Tributo (ICMS), ED 148/2018, Embargante VIPLAN VIACÃO PLANALTO LTDA, Advogado Sebastião Paulinho Silva OAB/DF 5.963, Embargada Fazenda Pública do DF, Representante da Fazenda Procurador Tiago Fontana, Relatora Conselheira Rosemary Carvalho Sales.**

**Observação:**

1. Os julgamentos adiados em virtude de ausência do Conselheiro Relator, adiantado da hora, ou quaisquer motivos, objeto de deliberação pelo colegiado serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independentemente de sua nova inclusão em pauta, nos termos do art. 23-A, do Decreto nº 33.268, de 2011.

2. Os Contribuintes, Advogados e demais interessados previamente habilitados, poderão solicitar o acesso à plataforma de julgamento, com pelo menos 24 horas de antecedência, por meio do e-mail [gesap-tarf@economia.df.gov.br](mailto:gesap-tarf@economia.df.gov.br).

3. Os interessados em realizar sustentação oral ou participar das sessões, podem fazê-lo na forma telepresencial ou híbrida, modalidades previstas na Resolução 01 de 6 de março de 2023, publicada no DODF n. 46 08/03/2023, pág.10, devendo para isso enviar solicitação à Gerência de Suporte às Atividades Plenárias – GESAP, preferencialmente, pelo e-mail protocolo [gesap-tarf@economia.df.gov.br](mailto:gesap-tarf@economia.df.gov.br), com pelo menos 24 horas de antecedência da realização da sessão, ou outro meio de comunicação que garanta que o pedido foi recebido.

4. A Instrução Normativa nº 01, de 03 de março de 2021, publicada no DODF nº 43, de 04 de março de 2021, página 10, revogou o parágrafo 6º, do art. 1º, da Instrução Normativa nº 03, de 13 de abril de 2020, estabeleceu que o Presidente do Colegiado poderá, a pedido das partes, por motivo justificado, determinar a retirada de Recurso de Pauta. Esta Instrução entra em vigor a partir de 15/03/2021.

Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais  
Brasília - DF, em 24 de fevereiro de 2023.

Gilda Almeida dos Santos  
Gerente/GESAP/SECEX/TARF